

Utilização da informação nutricional de rótulos por consumidores de Natal, Brasil¹

Sônia Maria Fernandes da Costa Souza,² Kenio Costa Lima,²
Henio Ferreira de Miranda² e Francisco Ivo Dantas Cavalcanti³

Como citar Souza SMFC, Lima KC, Miranda HF, Cavalcanti FID. Utilização da informação nutricional de rótulos por consumidores de Natal, Brasil. Rev Panam Salud Publica. 2011;29(5):337-43.

RESUMO

Objetivo. Determinar a porcentagem de consumidores que consultam a declaração nutricional nos rótulos dos alimentos e a associação entre essa consulta e variáveis sociodemográficas; e identificar sugestões dos consumidores para que a declaração nutricional seja mais eficaz como instrumento de informação.

Métodos. Neste estudo transversal realizado em 2008, 368 adultos foram entrevistados na Cidade de Natal, Brasil, selecionados aleatoriamente em 23 supermercados. Os dados foram obtidos a partir de um questionário semiestruturado, composto de oito perguntas fechadas e 10 questões abertas.

Resultados. A média de idade dos participantes foi de 40,99 anos ($\pm 13,58$). Dos entrevistados, 94,6% consultavam os rótulos e 96,8% consideravam a declaração nutricional importante e muito importante, mas somente 3,8% declararam que compreendiam totalmente a declaração nutricional. A verificação da declaração nutricional com a finalidade de fazer escolhas alimentares mais saudáveis (35,7%) associou-se de forma significativa com o nível de escolaridade e a renda familiar ($P < 0,0001$). As medidas sugeridas para que a declaração nutricional seja melhor compreendida e utilizada foram principalmente orientação sobre a declaração nutricional realizada por profissionais qualificados nos supermercados (73,9%) e divulgação na mídia sobre o que é a informação nutricional, sua importância e finalidade (42,9%).

Conclusões. Os consumidores utilizavam a declaração nutricional para orientação nutricional, especialmente na presença de renda e escolaridade mais elevadas. Entretanto, fica evidente a necessidade de melhorar os rótulos e promover mais oportunidades para a aprendizagem sobre as características nutricionais dos produtos industrializados.

Palavras-chave

Rotulagem nutricional; defesa do consumidor; educação alimentar e nutricional; Brasil.

A educação nutricional no Brasil se projetou no Congresso Nacional de Nutrição em 1996, dando ênfase à questão

do sujeito, à democratização do saber, à cultura, à ética e à cidadania (1) e trazendo à tona a discussão da alimentação como um direito humano (2). É nesse contexto que emergiu a concepção da promoção das práticas alimentares saudáveis, que coloca a alimentação como estratégia para a promoção da saúde (2).

A educação alimentar e nutricional está vinculada à produção de informações que possam subsidiar a tomada de decisões por parte dos indivíduos, dando a eles o direito de optar por alimentos mais

saudáveis (2). A atual Política Nacional de Alimentação e Nutrição enfatiza a necessidade de desenvolver um processo de educação permanente acerca das questões concernentes à alimentação e à nutrição, preconizando que deverão ser buscados consensos sobre métodos, conteúdos e técnicas educativas, sendo considerados os diferentes espaços geográficos, econômicos e culturais (3). O consumo alimentar é um determinante da saúde cujo caráter positivo ou negativo depende de informação — logo, são

¹ Este trabalho faz parte da dissertação de mestrado de Sônia Maria Fernandes da Costa Souza, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

² UFRN, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Natal (RN), Brasil. Correspondência: Sônia Maria Fernandes da Costa Souza, somariafernandes@yahoo.com.br

³ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Faculdade de Direito, Recife (PE), Brasil.

necessárias intervenções de cunho educativo que instrumentalizem a população para realizar escolhas alimentares saudáveis. Essa é uma estratégia fundamental das políticas de saúde de abrangência mundial, que pode contribuir para a redução da obesidade e das enfermidades crônicas não transmissíveis (4).

Naturalmente, com a elevação no consumo de alimentos processados e industrializados, os rótulos assumiram o papel de viabilizar a comparação entre produtos, possibilitando a escolha de alimentos mais saudáveis. É, portanto, fundamental que as informações apresentadas nos rótulos sejam fidedignas (5, 6). Nesse contexto, sabe-se que o *marketing*, que pode influenciar os consumidores nas suas aquisições de alimentos, e consequentemente nos seus hábitos de consumo, também tem se preocupado com as informações nutricionais e as alegações de saúde presentes nos rótulos dos alimentos e bebidas, embora nem sempre com um objetivo de melhorar a qualidade do consumo alimentar (7).

Atualmente, no Brasil, existem dois modos principais de transmissão de informações de caráter nutricional nas embalagens: um é a propaganda nutricional do tipo descritiva ou comparativa, que apresenta denominações do tipo “rico em fibras”, que aparecem geralmente na parte anterior e mais visível. O outro é a declaração nutricional, ou informação nutricional, que usualmente está na parte posterior da embalagem, apresentando informações referentes a calorias, carboidratos, proteínas, gorduras totais, saturadas e trans, teor de fibras e sódio, entre outros nutrientes, tomando como base uma dieta de 2 000 Kcal ou 8 400 Kj (8, 9).

A legislação sanitária sobre rotulagem de alimentos é um constitutivo das ações de promoção da saúde e visa a cumprir as determinações do Codex Alimentarius, o principal órgão internacional responsável pelo estabelecimento de normas sobre a segurança e a rotulagem de alimentos (10–12). No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), ligada ao Ministério da Saúde, elaborou, no período de 2000 a 2003, regulamentos que determinam a obrigatoriedade da rotulagem nutricional para alimentos embalados, estabelecem padrões de qualidade e fundamentam as atividades de educação para o consumo saudável, contemplando, assim, as diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (10, 13–17).

Nesse contexto, o objetivo do presente estudo foi determinar a proporção de consumidores da Cidade de Natal, Brasil, que utilizava a declaração nutricional presente nos rótulos dos alimentos para obter informações e verificar a associação dessa utilização com variáveis socio-demográficas. Além disso, o estudo procurou identificar sugestões dos consumidores para que essa declaração seja mais eficaz como instrumento de informação.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo transversal foi realizado na Cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, no Brasil. O tamanho da amostra foi calculado considerando-se um nível de confiança de 95% e uma prevalência de 52,5% de verificação da declaração nutricional, definida a partir de um estudo piloto realizado em 2007 com 145 entrevistados. Assim, a amostra foi definida como 371 consumidores.

Para inclusão no estudo, foram selecionados, por meio de tabela de números aleatórios, 25 estabelecimentos supermercadistas dos 69 existentes, os quais representam 36,2% do segmento. Dos estabelecimentos sorteados, dois não autorizaram a execução da pesquisa nas suas instalações, perfazendo assim 23 pontos para a coleta dos dados. Nesses locais, foram arrolados 368 indivíduos, subdivididos igualmente entre os supermercados, no período de 10 semanas consecutivas entre os meses de setembro e novembro de 2008.

Os critérios de inclusão foram idade igual ou superior a 18 anos, ser alfabetizado e não ter evidência de problemas físicos ou mentais que pudessem comprometer a veracidade dos dados da entrevista. Os consumidores foram escolhidos aleatoriamente no ato de suas aquisições de alimentos e participaram voluntariamente, tomando ciência dos objetivos do estudo e assinando o termo de consentimento livre e esclarecido. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Para a coleta de dados, foi utilizada a técnica de entrevista e da observação direta extensiva (18). Foi utilizado um questionário semiestruturado, composto de oito perguntas fechadas, sendo algumas respostas de múltipla escolha e 10 questões abertas (ver anexo 1). O instrumento foi validado, sendo seu conteúdo

e construção analisados por especialistas nas áreas de vigilância sanitária, educação nutricional, nutrição, elaboração de instrumentos para pesquisa quantitativa e qualitativa. Posteriormente, o instrumento foi aplicado no estudo piloto anteriormente citado em cinco estabelecimentos supermercadistas para aproximá-lo dos entrevistados.

A ANVISA (14) prevê três modelos de tabelas para a apresentação da informação nutricional (tabela vertical A e B e tabela linear). O modelo mais utilizado nos rótulos dos alimentos é o vertical A. Dessa forma, no ato da entrevista, foi apresentada aos consumidores a tabela vertical A da declaração nutricional presente nos rótulos dos alimentos, de acordo com o previsto na legislação sanitária vigente (13, 14), na perspectiva de evitar que o participante respondesse às perguntas sem a clareza de que item dos dizeres de rotulagem a pesquisa estava realmente questionando. Isso serviu para evitar o viés de confundimento e de memória.

Todas as entrevistas foram realizadas por um dos pesquisadores (SMFCS), e a etapa de calibração intraexaminador ocorreu antes da pesquisa de campo. Para tanto, a pesquisadora entrevistou 20 alunos do curso de graduação em nutrição, em duas etapas, com um intervalo de 1 semana entre a primeira e a segunda aplicação do questionário da pesquisa (os mesmos 20 alunos entrevistados na primeira semana foram novamente entrevistados na segunda semana). O kappa para a concordância entre a primeira e a segunda entrevista variou de 0,7 a 0,9, o que demonstra boa reprodutibilidade na aplicação do instrumento.

A análise estatística foi realizada no programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 15.0. O teste do qui-quadrado (χ^2) foi utilizado para testar a associação entre as seguintes variáveis: verificação do rótulo, compreensão, importância, legibilidade e motivação e idade, sexo, estado civil, escolaridade e renda familiar dos entrevistados. O nível de significância considerado foi de 5%.

RESULTADOS

Alguns entrevistados não responderam algumas perguntas, perfazendo 1% de não respondentes para algumas variáveis. Essa taxa ficou dentro do percentual máximo de perdas previsto, que foi de 20% (18).

TABELA 1. Distribuição do sexo e estado civil dos consumidores de Natal (RN), Brasil, 2008

Variável	No.	%
Sexo		
Masculino	100	27,2
Feminino	268	72,8
Total	368	100,0
Estado civil		
Solteiro	87	23,6
União estável	251	68,2
Viúvo	14	3,8
Divorciado ou separado	16	4,3
Total	368	100,0

TABELA 2. Motivações elencadas pelos consumidores para a consulta da declaração nutricional, Natal (RN), Brasil, 2008

Motivação	No. ^a	%
Curiosidade	34	18,4
Escolher alimentos mais saudáveis	58	35,7
Controle dietoterápico para obesidade, hipertensão, hiperlipidemias, diabetes	77	41,6
Composição dos alimentos	76	41,8

^a Total de 173 entrevistados referentes a 47,0% consumidores que responderam que verificam a rotulagem nutricional, de acordo com a pergunta de número 8 do questionário. O total da soma da tabela resulta em 245 em função de a pergunta 11 do questionário ser de múltipla escolha, permitindo a citação espontânea de mais de uma motivação.

A média de idade dos participantes do estudo foi de 40,99 anos (\pm 13,58). A tabela 1 apresenta a distribuição dos consumidores de acordo com sexo e estado civil. Dos entrevistados, 94,6% declararam que consultam os rótulos nas suas aquisições de alimentos. Os dizeres de rotulagem mais consultados foram: validade do produto (91,6%), marca do produto (49,4%), declaração nutricional (47,0%), zero de gordura trans (32,9%), zero de açúcar (12,8%), zero de gordura (3,0%) e rico em fibras (2,7%), declaração de *light* e *diet* (30,4%), lista de ingredientes (16,8%) e contém ou não contém glúten (4,1%). A tabela 2 apresenta as motivações mencionadas para a consulta à declaração nutricional. Todos esses dizeres de rotulagem foram citados espontaneamente pelos consumidores (pergunta 8 no anexo 1).

Ao serem indagados sobre a importância da declaração nutricional, 96,8% dos entrevistados responderam ser importante e muito importante. No entanto

TABELA 3. Distribuição dos entrevistados que consultam a declaração nutricional para realizar escolhas alimentares mais saudáveis conforme escolaridade e renda familiar, Natal (RN), Brasil, 2008

Caracterização sociodemográfica	Escolhas alimentares mais saudáveis						P
	Sim		Não		Total ^a		
	No.	%	No.	%	No.	%	
Escolaridade (anos de estudo)							
1 a 8	32	24,4	104	44,1	136	37,1	0,0001
9 a 11	64	48,9	106	44,9	170	46,3	
\geq 12	35	26,7	26	11,0	61	16,6	
Total	131	36,0	236	64,3	367	100	
Renda familiar (R\$)							
< 500	26	7,1	55	15,0	81	22,1	0,0001
500 a 1 800	55	15,0	141	38,4	196	53,4	
> 1 800	50	14,0	40	10,9	90	24,5	
Total	131	36,0	236	64,3	367	100	

^a As porcentagens se referem ao total de 367 entrevistados, já que um foi descartado da amostra por apresentar dados inconsistentes.

TABELA 4. Elementos nutricionais consultados na declaração nutricional para as escolhas alimentares mais saudáveis dos consumidores de Natal (RN), Brasil, 2008

Elementos nutricionais	No. ^a	%
Valor energético	63	34,0
Proteínas	21	11,4
Carboidratos	29	15,7
Gorduras totais	77	41,6
Gorduras saturadas	97	52,4
Gorduras trans	134	72,4
Vitaminas	37	20,0
Minerais	12	6,5
Fibra alimentar	8	4,3
Sódio	14	7,6
Consulta todos os elementos nutricionais	5	2,7

^a Total de 368 entrevistados.

46,6% dos consumidores referiram compreendê-la apenas parcialmente, enquanto que somente 3,8% declararam que compreendiam totalmente a declaração nutricional. Quanto à legibilidade, 44,1% dos entrevistados responderam que a declaração nutricional apresentase de um modo geral não legível no rótulo dos alimentos.

A análise dos dados mostrou que a verificação da declaração nutricional nos rótulos dos alimentos com a finalidade de fazer escolhas alimentares mais saudáveis associou-se de forma significativa com o nível de escolaridade e a renda familiar: quanto maior a renda e a escolaridade do consumidor, mais consultada foi a declaração nutricional para possibilitar a escolha de alimentos mais saudáveis (tabela 3). No que diz respeito

aos elementos nutricionais consultados pelos consumidores na declaração nutricional para permitir uma escolha alimentar mais saudável, o item mais consultado foi o nutriente gordura, seguido do valor energético (tabela 4). Todos os dizeres de rotulagem referidos acima foram citados espontaneamente pelos consumidores (pergunta 13 no anexo).

Os entrevistados que expressaram não verificar a declaração nutricional elencaram as seguintes motivações: 48% disseram não ter informação ou compreensão sobre o assunto; 33% alegaram falta de hábito e interesse; 30,7% não tinham tempo; 5% responderam que não faziam dieta; 3,9% disseram não confiar na declaração nutricional apresentada nos rótulos; 3% disseram que, como o rótulo é ilegível, não se sentem motivados à veri-

ficação; e 2,2% não quiseram expressar suas opiniões.

Os consumidores, ao serem questionados sobre medidas de intervenção que poderiam ser implementadas para que a declaração nutricional passasse a ser melhor compreendida e utilizada, mencionaram o seguinte: orientação sobre a declaração nutricional realizada por profissionais qualificados nos supermercados, por parte do estabelecimento e do fabricante dos produtos (73,9%); divulgação na mídia sobre o que é a informação nutricional e sua importância e finalidade (42,9%); a declaração nutricional poderia se apresentar nos rótulos de forma mais legível e em destaque, na parte da frente do produto (30,7%); a linguagem apresentada nos rótulos deveria ser mais acessível, popular e simples (11,9%); a veracidade da declaração nutricional apresentada nos rótulos pelo fabricante deveria ser verificada e comprovada por órgãos de fiscalização (4,9%).

DISCUSSÃO

A declaração nutricional apresentou-se no estudo como um potencial instrumento de educação nutricional, visto que os consumidores reconheceram a importância e a necessidade da declaração nutricional nos rótulos dos alimentos. Os dados mostraram que os consumidores tinham uma compreensão parcial sobre os dizeres de rotulagem veiculados na declaração nutricional e identificaram alguns ruídos na comunicação entre o produto e o consumidor, incluindo a legibilidade e a aptidão para interpretar as informações nutricionais (19). Esses achados são semelhantes aos de outros estudos realizados nos Estados Unidos, que mostram que muitos consumidores ainda têm dificuldade de entender e aplicar a informação nutricional na sua vida, mesmo entre profissionais qualificados (20–22).

Para muitos entrevistados, a declaração nutricional serviu para subsidiar o controle dietoterápico para determinados tipos de doenças crônicas não transmissíveis. O mesmo foi relatado em outro estudo, no qual pessoas com história de doença crônica referiram que verificavam e utilizavam a rotulagem nutricional (20).

Em nosso estudo, os consumidores com escolaridade e renda familiar mais elevadas foram os que mais consultaram a declaração nutricional com a finalidade de escolher alimentos mais saudáveis. Esses achados diferem daqueles de outro es-

tudo, em que a escolaridade não apresentou associação significativa com o tipo e o motivo de consulta aos rótulos (10). Entretanto, outros autores observaram que as mulheres e os consumidores mais escolarizados foram os mais propensos a ler e a usar a declaração nutricional (23–25).

Observamos que o item mais consultado pelos consumidores para orientar escolhas alimentares mais saudáveis foi a gordura, com as frações trans, saturadas e totais, seguida do valor calórico, como já registrado anteriormente (26, 27). Outros estudos relataram que 80% dos indivíduos reduziram o consumo de energia proveniente das gorduras em função da leitura da declaração nutricional e que o valor calórico é considerado uma informação importante para os consumidores (28–30). No entanto, os teores de fibra e sódio apresentaram baixa frequência de verificação, o que difere de outro estudo, em que a percepção do consumidor de um produto saudável devia-se principalmente à declaração, no rótulo, da presença de proteínas, fibras, cálcio e vitamina C e da ausência total de sódio (31).

Neste estudo, constatamos que a declaração nutricional e a propaganda nutricional eram consultadas quase que equitativamente pelos consumidores, mas sem uma conferência entre os dois tipos de informação. Alguns consumidores declararam que consultavam a inscrição “zero de gordura trans” ou outra propaganda nutricional nas embalagens sem conferir o que a declaração nutricional dizia a respeito do conteúdo de gorduras do produto. Essa constatação serve como alerta para o risco de consumo inadvertido de determinados itens, visto que estudos têm evidenciado que mais de 40% dos produtos comercializados para crianças e adultos que apresentam propaganda nutricional possuem elevados teores de gordura saturada, sódio ou açúcar (7). Outro problema é a seleção de produtos com base em primeiro lugar no *marketing* nutricional (7). A propaganda nutricional pode confundir o consumidor, dificultando a escolha de produtos mais balanceados nutricionalmente. A propaganda nutricional enfatiza apenas uma das características do alimento, referindo-se normalmente ao teor de calorias, gorduras e açúcares (8).

Em nosso estudo, os consumidores que não consultavam a declaração nutricional alegaram não possuir informação e compreensão sobre os referidos dizeres de rotulagem. Esses consumidores iden-

tificaram a necessidade de mais e melhor informação e orientação, bem como de garantir a fidedignidade dos valores expressos nos rótulos dos alimentos (6).

Em geral, os resultados mostram a premência de serem implementadas medidas de caráter educativo na questão nutricional, como mostra outro estudo, que indica a necessidade de políticas públicas na área de educação e comunicação (32). Isso é necessário para que a declaração nutricional contribua mais efetivamente para reduzir a obesidade e as doenças crônicas não transmissíveis, favorecendo a segurança alimentar e nutricional (4, 33).

A legislação de rotulagem nutricional obrigatória para alimentos embalados (13, 14) viabiliza, em parte, o acesso quantitativo à informação, não garantindo o direito assegurado no Código de Defesa do Consumidor (34) de clareza e adequação da informação sobre produtos e serviços. Para o atendimento das prerrogativas previstas nas legislações em evidência, serão necessárias ações interinstitucionais e multidisciplinares articuladas com os consumidores, para que, assim, eles possam exercer controle sobre os alimentos adquiridos e consumidos (11), cabendo às vigilâncias sanitárias uma ação mais efetiva no âmbito da fiscalização da fidedignidade dos dizeres da rotulagem nutricional e do *marketing* nutricional apresentado nos rótulos (6).

Para isso, podem ser utilizadas intervenções como as realizadas em outro estudo, no qual estudantes de nutrição realizavam atividades de orientação nos supermercados (35). Ainda, a indústria de alimentos poderá, a longo prazo, tornar-se crítica o suficiente para operar no sentido de prevenir a obesidade em grande escala (36).

O presente estudo apresenta limitações. A relação entre a declaração nutricional e a escolha de alimentos mais saudáveis foi estabelecida com base na declaração dos consumidores de que a rotulagem nutricional impacta nas suas escolhas alimentares saudáveis e na frequência dos elementos nutricionais identificados enquanto indicadores de alimento saudável para o consumidor. No estudo não foi executada nenhuma identificação da intenção de compra dos consumidores, nem do consumo alimentar dos entrevistados. Entretanto, acreditamos que o estudo pode contribuir para a compreensão de como os consumidores processam as informações sobre a declaração nutricional e quais os seus anseios. O entendimento de como

os consumidores percebem um produto saudável colabora de forma relevante para a construção de políticas de educação nutricional.

Para que a rotulagem nutricional passe a ser um instrumento de informação que favoreça o conhecimento dos consumido-

res sobre alimentação e saúde, a mesma deverá estar inserida dentro do contexto de uma educação nutricional crítica e flexível, oriunda de experiências populares, mediação e organização social, voltada para a difusão de conhecimentos e transformação social (37). As intervenções

devem partir do pressuposto de que cada pessoa precisa ser educada para ter a capacidade de elaborar seu próprio plano de alimentação, de acordo com as suas necessidades nutricionais, preferências, hábitos alimentares e situação econômica.

REFERÊNCIAS

- Lima ES, Oliveira CS, Gomes MCR. Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na pós-graduação do Rio de Janeiro (1980–1998). *Hist Cienc Saude-Manguinhos*. 2003;10(2):604–35.
- Santos LAS. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. *Rev Nutr*. 2005;18(5):681–92.
- Brasil, Ministério da Saúde. Política nacional de alimentação e nutrição. Brasília: Ministério da Saúde; 2003. Disponível em www.planalto.gov.br/consea/static/documentos/Outros/PNAN.pdf. Acessado em 12 de março de 2011.
- Bermudez OI, Tucker KL. Trends in dietary patterns of Latin American populations. *Cad Saude Publica*. 2003;19(Suppl 1):S87–99.
- Freitas JF, Damasceno KSFC, Calado CLA. Rotulagem de alimentos lácteos: a percepção do consumidor. *Hig Aliment*. 2004;18(125):17–23.
- Lobanco CM, Vedovato GM, Cano CB, Bastos DHM. Fidedignidade de rótulos de alimentos comercializados no município de São Paulo, SP. *Rev Saude Publica*. 2009;43(3):499–505.
- Colby SE, Johnson L, Scheett A, Hoverson B. Nutrition marketing on food labels. *J Nutr Educ Behav*. 2010;42(2):92–8.
- Celeste RK. Análise comparativa da legislação sobre rótulo alimentício do Brasil, Mercosul, Reino Unido e União Européia. *Rev Saude Publica*. 2001;35(3):217–23.
- Lanfer-Marquez UM, Ferreira AB. Legislação brasileira referente à rotulagem nutricional de alimentos. *Rev Nutr*. 2007;20(1):83–93.
- Monteiro RA, Coutinho JG, Recine E. Consulta aos rótulos de alimentos e bebidas por frequentadores de supermercados em Brasília, Brasil. *Rev Panam Salud Publica*. 2005;18(3):172–7.
- Câmara MCC, Marinho CLC, Guilam MC, Braga AMCB. A produção acadêmica sobre a rotulagem de alimentos no Brasil. *Rev Panam Salud Publica*. 2008;23(1):52–8.
- Kimbrell E. What is Codex Alimentarius? *AgBioForum*. 2000;3(4):197–202. Disponível em www.agbioforum.org/v3n4/v3n4a03-kimbrell.htm. Acessado em 12 de março de 2011.
- Brasil. Resolução RDC 359/2003. Disponível em: www.mp.ba.gov.br/atuacao/ceacon/legislacao/alimentos/resolucao_RDC_ANVISA_359_2003.pdf. Acessado em 12 de março de 2011.
- Brasil. Resolução RDC 360/2003. Disponível em: www.mp.ba.gov.br/atuacao/ceacon/legislacao/alimentos/resolucao_RDC_ANVISA_360_2003.pdf. Acessado em 12 de março de 2011.
- Sauverbronn ALA. Análise laboratorial da composição de alimentos processados como contribuição ao estudo da rotulagem nutricional obrigatória de alimentos e bebidas embalados no Brasil [dissertação]. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Oswaldo Cruz; 2003. Disponível em: bvssp.cict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=214. Acessado em 12 de março de 2011.
- Brasil. Resolução DC 259/2002. Disponível em: www.anvisa.gov.br/legis/resol/2002/259_02rdoc.htm. Acessado em 12 de março de 2011.
- Brasil. Lei 10 674/2003. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.674.htm. Acessado em 12 de março de 2011.
- Marconi MA, Lakatos EM. Técnicas de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas; 1999.
- Coutinho JG, Recine E. Experiências internacionais de regulamentação das alegações de saúde em rótulos de alimentos Internacional. *Rev Panam Salud Publica*. 2007;22(6):432–7.
- Lewis JE, Arheart KL, LeBlanc WG, Fleming LE, Lee DJ, Davila EP, et al. Food label use and awareness of nutritional information and recommendations among persons with chronic disease. *Am J Clin Nutr*. 2009;90(5):1351–7.
- Burton S, Creyer EH, Kees J, Huggins K. Attacking the obesity epidemic: the potential health benefits of providing nutrition information in restaurants. *Am J Public Health*. 2006;96(9):1669–75.
- Berman M, Lavizzo-Mourey R. Obesity prevention in the information age. Caloric information at the point of purchase. *JAMA*. 2008;300(4):433–5.
- Cowburn G, Stockley L. Consumer understanding and use of nutrition labelling: a systematic review. *Public Health Nutr*. 2005;8(1):21–8.
- Drichoutis AC, Lazaridis P. Nutrition knowledge and consumer use of nutritional food labels. *Eur Rev Agric Econ*. 2005;32(1):93–118.
- Kim S-Y, Nayga RM Jr, Capps O Jr. Health knowledge and consumer use of nutrition labels: the issue revisited. *Agric Resour Econ Rev*. 2001;30(1):10–9.
- Neuhouser ML, Kristal AR, Patterson RE. Use of food nutrition labels is associated with lower fat intake. *J Am Diet Assoc*. 1999;99(1):45–53.
- Fitzgerald N, Damio G, Segure-Perez S, Perez-Escamila R. Nutrition knowledge, food label use, and food intake patterns among Latinas with and without type 2 diabetes. *J Am Diet Assoc*. 2008;108(6):960–7.
- Chobanian AV, Bakris AL, Black HR, Cushman WC, Green LA, Izzo JL, et al. The Seventh Report of the Joint National Committee on Prevention, Detection, Evaluation, and Treatment of High Blood Pressure. The JNC 7 report. *JAMA*. 2003;289(19):2560–71.
- Piron J, Smith LV, Simon P, Cummings PL, Kuo T. Knowledge, attitudes and potential response to menu labelling in an urban public health clinic population. *Public Health Nutr*. 2010;13(4):550–5.
- Brasil. Informe técnico 36/2008. Disponível em: www.anvisa.gov.br/alimentos/informes/36_270608.htm. Acessado em 12 de março de 2011.
- Drewnowski A, Moskowitz H, Reisner M, Krieger B. Testing consumer perception of nutrient content claims using conjoint analysis. *Public Health Nutr*. 2010;13(5):688–94.
- Marins BR, Jacob SC, Peres F. Avaliação qualitativa do hábito de leitura e entendimento: recepção das informações de produtos alimentícios. *Cienc Tecnol Aliment*. 2008;28(3):579–85.
- World Health Organization, Food and Agriculture Organization. Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases. Report of a joint WHO/FAO expert consultation. Geneva: WHO/FAO; 2003. (WHO Technical Report Series 916).
- Brasil. Lei 8078/1990. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm. Acessado em 12 de março de 2011.
- Domper AR, Zacarías IH, Olivares SC, González DA, Vio FR. Entrega de información nutricional y caracterización de la compra de alimentos en supermercados. *Rev Chil Nutr*. 2005;32(2):142–9.
- Seidell JC. Prevention of obesity: the role of the food industry. *Nutr Metab Cardiovasc Dis*. 1999;9(1):45–50.
- Alzate Yepes T. Desde la educación para la salud: hacia la pedagogía de la educación alimentaria y nutricional. *Perspect Nutr Hum*. 2006;16:21–40.

Manuscrito recebido em 27 de janeiro de 2010. Aceito em versão revisada em 5 de novembro de 2010.

ANEXO 1. Instrumento de coleta de dados sobre utilização da informação nutricional de rótulos por consumidores de Natal (RN), Brasil

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE**

FORMULÁRIO

1 – Supermercado: _____

2 – Sexo: 1 – Masculino 2 – Feminino

3 –
Bairro de residência: _____
Distrito: _____ Idade: _____

4 – Estado civil:
1 – Solteiro
2 – União Estável
3 – Viúvo
4 – Divorciado/Separado

5 – Anos de estudo

6 – Renda familiar

7 – Quando o (a) senhor (a) está comprando alimentos embalados costuma consultar o rótulo?
1 – Sim 2 – Não

8 – O que o (a) senhor (a) normalmente observa no rótulo dos alimentos?
1º – (_____)
2º – (_____)
3º – (_____)
4º – (_____)
5º – (_____)
6º – (_____)

9 – Com que frequência o (a) senhor (a) verifica a Rotulagem Nutricional apresentada no rótulo dos alimentos?
1 – Nunca
2 – Quase Nunca
3 – Quase Sempre
4 – Sempre

10 – Quais são os tipos de alimentos embalados que o (a) senhor (a) normalmente verifica a Rotulagem Nutricional?
1º – (_____)
2º – (_____)
3º – (_____)
4º – (_____)
5º – (_____)
6º – (_____)

11 – Por que o (a) senhor (a) verifica a rotulagem nutricional apresentada no rótulo dos alimentos?
1º – (_____)
2º – (_____)
3º – (_____)
4º – (_____)

12 – Quando o (a) senhor (a) seleciona os alimentos que irá comprar, a Rotulagem Nutricional interfere nas suas escolhas alimentares?
1 – Sim 2 – Não

13 – Quais as informações apresentadas na Rotulagem Nutricional que são utilizadas pelo (a) senhor (a) para as escolhas alimentares?
1º – (_____)
2º – (_____)
3º – (_____)
4º – (_____)
5º – (_____)
6º – (_____)

14 – Por que o (a) senhor (a) não observa a Rotulagem Nutricional nos alimentos embalados?
1º – (_____)
2º – (_____)
3º – (_____)
4º – (_____)

15 – Em ordem de importância, o que o (a) senhor (a) acha da Rotulagem Nutricional ser obrigatória pela legislação no rótulo dos alimentos?
1 – Sem Importância
2 – Pouco Importante
3 – Importante
4 – Muito Importante

16 – Avaliando a facilidade de leitura da Informação Nutricional apresentada em geral nos rótulos dos alimentos, o (a) senhor (a) acha que as mesmas são?
1 – Não Legível 2 – Legível

17 – Em ordem de compreensão, o que o (a) senhor (a) compreende da Informação Nutricional?
1 – Nada
2 – Parte
3 – Tudo

18 – Quais as sugestões que o (a) senhor (a) daria para uma maior compreensão e utilização da Rotulagem Nutricional?

ENTREVISTADOR:

DATA DA ENTREVISTA:

VISTO PELA PESQUISADORA RESPONSÁVEL:

Consumer use of nutrition labels in the city of Natal, Brazil**ABSTRACT**

Objective. To determine the percentage of consumers who read nutrition labels and the association between reading the labels and sociodemographic variables, and to identify suggestions from consumers to make nutrition labels more effective as a source of information.

Methods. For this cross-sectional study carried out in 2008, 368 adults randomly selected from 23 supermarkets in the city of Natal, Brazil, were interviewed. Data were obtained through a semistructured questionnaire including eight closed questions and 10 open questions.

Results. The mean age of participants was 40.99 years (± 13.58). The interviews showed that 94.6% of the participants read the nutrition labels and that 96.8% considered the labels important or very important; however, only 3.8% stated that they fully understand the labels. There was a significant association between being motivated to read food labels to make healthier choices (35.7%) and higher family income and schooling ($P < 0.0001$). The measures mentioned by study participants to increase readability and usage included having qualified professionals provide guidance concerning the labels in supermarkets (73.9%) and disseminating through the media information on food labels, what they are, why they are important, and their role (42.9%).

Conclusions. Consumers did use the labels for nutritional guidance, especially those with higher income and schooling. However, the need to improve the labels was evident, as was the importance of providing opportunities for consumers to learn about the nutritional characteristics of food products.

Key words Nutritional labeling; consumer advocacy; food and nutrition education; Brazil.
